

Características do processo de mensuração e gestão do impacto

“Nossa ambição é criar demonstrações contábeis que capturem de forma transparente os impactos externos de forma a impulsionar a tomada de decisões por parte dos investidores e dos gerentes.”

– George Serafeim⁴⁵



Em contraste com os modelos tradicionais de relatórios focados na captura e apresentação do valor financeiro gerado pelas empresas (visão do acionista), há uma tendência para integrar os impactos positivos e negativos gerados por suas atividades no reporting.

Guiados por esta tendência, e como mencionado na seção anterior, os organismos contábeis estão revisando seus princípios e normas para incorporar a variável sustentabilidade, com o objetivo de informar de forma coerente e padronizada a todo os stakeholders sobre o valor das externalidades geradas pela atividade da empresa (Teoria dos Stakeholders⁴⁵). Na medida em que estas normas ainda estão em desenvolvimento, este exercício de mensuração ainda é uma prática incipiente entre as grandes organizações, embora seu desenvolvimento e integração nos processos internos esteja levando a uma grande transformação.

O objetivo desta seção é descrever as características do processo em si, começando com uma análise do porquê e para quê, e depois destacando todos os elementos-chave de sua implementação.

Razões e utilidade

As empresas sempre tiveram a tendência de divulgar os vários investimentos ou iniciativas filantrópicas feitas através de seus departamentos de Responsabilidade Social Corporativa ou fundações corporativas. Entretanto, só nos últimos anos é que as organizações começaram a investir recursos e dedicação para medir seu impacto extrafinanceiro, com o objetivo de considerar essas informações como um input fundamental para a gestão e reorientação de seus modelos de negócios.

As razões por trás desta mudança de tendência por parte das organizações empresariais são essencialmente as seguintes:

- ▶ A demanda por informações de investidores e clientes sobre sustentabilidade e o impacto que as organizações geram, além de exigir estratégias comerciais e processos de produção mais respeitosos às pessoas e ao meio ambiente:

- Alguns dos principais fundos de investimento do mundo (por exemplo, BlackRock⁴⁷) já anunciaram suas políticas de investimento e colocam a sustentabilidade no centro de suas decisões, identificando o risco climático como um risco de investimento, além de promover as iniciativas de boa governança das organizações nas quais investem.

- E são lançadas iniciativas público-privadas para promover o desenvolvimento de cidades com formas mais sustentáveis de consumo, transporte, educação e serviços da sociedade civil (por exemplo, Madrid Futura⁴⁸).

- ▶ Oportunidades em ações empresariais com critérios de sustentabilidade:

- Economia de custos como resultado da mitigação do risco ESG.

- Capturar o valor de mercado de novas oportunidades de financiamento (títulos verdes e sociais, melhores condições de financiamento como resultado de ratings ESG, etc.).

- Concessões públicas ponderadas por critérios de sustentabilidade (por exemplo, Fundos Next Generation no ecossistema da UE).

- Desenvolvimentos em inovação que nos permitem antecipar as mudanças na demanda e preocupações dos clientes sobre sustentabilidade, aumentando a participação de mercado e o número de clientes.

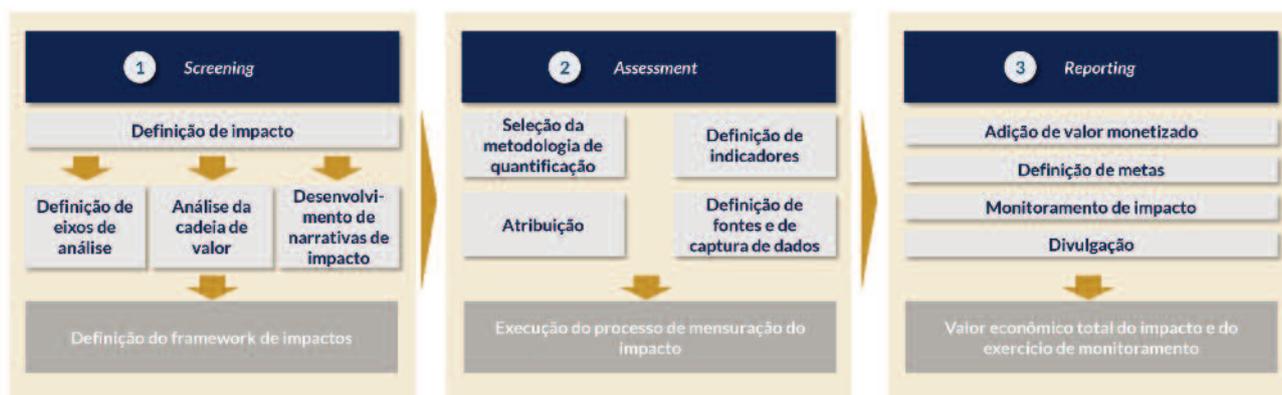
⁴⁵George Serafeim é Professor de Administração de Empresas na Universidade de Harvard e um dos pioneiros da Impact Weighted Account Initiative.

⁴⁶O Manifesto do Fórum Econômico Mundial 2020 (Davos) apoiou especificamente este modelo, convidando as empresas a desenvolver estratégias destinadas a gerar valor para todos os stakeholders..

⁴⁷BlackRock (2020).

⁴⁸Madrid Future (2022).

Figura 3: Fluxo do processo metodológico de mensuração de impacto



Fonte: Elaboração própria

Apesar desses benefícios óbvios, muitas empresas não estão sendo capazes de incorporar a sustentabilidade em sua estratégia, até porque não possuem um mecanismo eficaz para avaliar os impactos dos ESG em seus projetos ou investimentos.

Portanto, a construção de um modelo de avaliação de impacto pode se tornar uma alavanca transformadora eficaz, permitindo a gestão (quantificando e analisando os resultados obtidos para integrar esses dados em suas tomadas de decisão), a melhoria (estabelecendo medidas de controle e monitoramento sobre os objetivos estabelecidos, através da comparação com resultados passados e concorrência) e, finalmente, a transformação de empresas.

Abordagem

Há um grande número de estruturas que estabelecem abordagens procedimentais para gerenciar e medir os impactos sociais e ambientais das organizações.

Todas estas metodologias têm três sequências fundamentais em comum:

- ▶ Primeiramente, a identificação dos impactos positivos e negativos gerados pela atividade da empresa ou projeto específico a ser analisado.
- ▶ Em segundo lugar, a avaliação qualitativa e/ou quantitativa de cada impacto analisada de forma desagregada.
- ▶ E por último, a agregação do valor mensurado de acordo com a classificação previamente definida, de modo que o impacto gerado pela empresa, ou através do projeto em particular, possa ser comunicado.

A Management Solutions analisou e compilou as melhores práticas para a gestão e mensuração desses impactos, desenvolvendo uma abordagem que observa a questão de forma holística, respondendo às necessidades da empresa, ao mesmo tempo em que considera suas limitações e visa os elementos que mais a preocupam.

1. Abordagem

Os exercícios de mensuração de impacto realizados pelas empresas podem ser diferenciados dependendo se atingem um investimento ou projeto específico⁴⁹, ou se visam avaliar a atividade global da empresa e quantificar o valor monetário representado pelo total dos impactos sociais, ambientais e de boa governança gerados pela organização, além de sua rentabilidade econômico-financeira.

Apesar das particularidades de cada uma dessas duas abordagens, há mensuração comuns na estrutura, modelo metodológico ou ferramentas utilizadas nos exercícios de mensuração de impacto (Fig. 3).

2. Screening

O exercício de mensuração descrito acima começa com a construção de um framework de impactos, que se tornará o mapa de referência e facilitará o desenvolvimento do restante do processo:

- ▶ Definição de impacto: nesta primeira fase, a empresa deve concordar e definir o que entende por impacto social e ambiental (incorpora impactos positivos e negativos que

⁴⁹Este recurso está sendo utilizado atualmente para o desenvolvimento de projetos no âmbito do extraordinário pacote de recuperação do instrumento Next Generation da UE para o período 2021-2027, mencionado acima.

Figura 4. Estruturas Internacionais de Mensuração do Impacto Social (não exaustiva)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
 ODS	Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> Uma estrutura composta por 17 objetivos estabelecidos pela ONU que estabelecem 169 metas para erradicação da pobreza e da desigualdade, promoção do desenvolvimento econômico, melhoria da educação e da saúde e redução dos impactos da mudança climática.
 IMP	Impact Management Project	<ul style="list-style-type: none"> Framework de mensuração para determinação de como o impacto deve ser mensurado, gerenciado e reportado. Classificação composta por 5 dimensões organizadas em 15 categorias de impacto (o quê, quem, quanto, contribuição e risco).
 Teoria da Mudança	Donald Kirkpatrick (Universidade de Wisconsin)	<ul style="list-style-type: none"> Um diagrama que, através de uma lógica causal, apresenta graficamente os objetivos que uma intervenção procura atingir e a forma concreta como pretende atingi-los.
 Social and Human Capital Protocol	Nações Unidas	<ul style="list-style-type: none"> Mapa de decisão, guia e referência para organizações que queiram mensurar e valorizar os impactos relacionados ao capital social e humano. 4 etapas: Objetivo, escopo, mensuração e avaliação.
 EVPA	Associação Europeia de Filantropia de Empresas	<ul style="list-style-type: none"> Guia padronização de gestão e mensuração de impacto. O objetivo deste framework é maximizar e otimizar o impacto social e/ou ambiental das empresas.

Fonte: Elaboração própria

afetam a sociedade e o planeta, incorpora impactos tangíveis e intangíveis, considera apenas os impactos externos gerados pela empresa ou também os impactos internos de certos stakeholders - recursos humanos, acionistas, etc.?). Isto delimita os critérios exatos a serem aplicados no desenvolvimento da análise e condiciona a metodologia.

- ▶ Definição dos eixos de análise: a identificação dos impactos derivados da atividade da organização implica a necessidade de definir uma série de eixos de análise que compõem a estrutura da chamada estrutura de impacto. Estes eixos são determinados pelos elementos de impacto considerados:

- Tipologia material dos impactos (social, econômico, ambiental, etc.).
- Tipologia dos stakeholders impactados (clientes, comunidades locais, administrações públicas, cadeia de abastecimento, etc.).
- Valores corporativos das empresas que, além de sua missão e visão, demonstraram um firme compromisso de estruturar sua estratégia em torno de uma série de princípios que levam em conta o impacto gerado na sociedade e no planeta.

Além disso, esta fase pode tomar como referência o uso de algumas das estruturas sugeridas pelas normas internacionais, tais como a Teoria da Mudança, o Impact Management Project ou os ODSs (Fig. 4).

- ▶ Análise da cadeia de valor: uma empresa pode mensurar o impacto gerado por um projeto ou investimento específico, ou realizar este exercício em geral, para toda a atividade da empresa como um todo. Neste último caso, a empresa deve analisar sua cadeia de valor a fim de identificar quais

processos-chave estão relacionados com os eixos de impacto previamente definidos.

- ▶ Desenvolvimento de narrativas de impacto: O elo entre a definição de impacto, os eixos de análise e a atividade de projeto/ investimento/ cadeia de valor a ser mensurada é desenvolvido com base nas chamadas narrativas do impacto (“impact pathways”). Estas narrativas são descrições detalhadas de como o projeto ou atividade afeta positiva ou negativamente o eixo em consideração. As narrativas nos permitem entender como o impacto é feito, em que prazo é feito (tendo em mente que, por sua própria natureza, muitos dos efeitos identificados ocorrerão a longo prazo), quais os stakeholders são afetados, etc.

Para este fim, os diferentes elementos da cadeia de valor de impacto devem ser considerados:

- ▶ os chamados insumos ou recursos financeiros e não financeiros utilizados por uma organização (p. ex., uso de energia renovável).
- ▶ as atividades ou ações realizadas para alcançar os objetivos (p. ex. construção de infraestrutura que respeite a biodiversidade do ecossistema).
- ▶ os resultados, produtos ou serviços resultantes do desenvolvimento das atividades (p. ex. desenvolvimento de um produto tecnológico que atenda aos critérios de inclusão social das pessoas com deficiência).
- ▶ e resultados, que são as transformações sociais ou ambientais resultantes do acima exposto (p. ex., maior acesso à educação de qualidade para uma determinada população como resultado da criação de novos empregos e da revitalização da economia local) que, em última análise, permitem identificar o impacto gerado pelas atividades ou projetos da organização em questão.

Figura 7: Eixos para a segmentação da carteira de empréstimos de uma instituição financeira de acordo com o impacto (não exaustivo)

EIXO ATIVIDADE	EIXO CLIENTE	EIXO PRODUTO
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atividades diretamente elegíveis devido à sua orientação social: fabricação de equipamentos e suprimentos médicos, fabricação de veículos para pessoas com deficiências, atividades de P&D+I relacionadas a questões sociais, atividades de agências de recolocação ou de RH. ▶ Por outro lado, o restante das atividades deve ser analisado avaliando uma série de KPIs sociais ad hoc: fabricação de produtos farmacêuticos para fins terapêuticos, construção de moradias populares, atividades de fornecimento de energia ou de telecomunicações destinadas a populações vulneráveis, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Fundações e ONGs. ▶ Empresas de economia social. ▶ Micro-PMEs operando em regiões com menor PIB per capita e/ou maior desemprego ou start-ups. ▶ Empreendedores e start-ups que incorporem P&D+I. ▶ Autônomos que operem em regiões com menor PIB per capita e/ou maior desemprego ou porque sejam menores de 35 anos de idade. ▶ Financiamento exclusivo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Microcréditos. ▶ Financiamento imobiliário para obtenção do primeiro imóvel ou para sua reabilitação para grupos vulneráveis. ▶ Financiamento para a melhoria da acessibilidade de instalações ou moradias para pessoas com mobilidade reduzida. ▶ Financiamento para inquilinos social e economicamente vulneráveis. ▶ Contas de pagamento básicas gratuitas criadas para clientes em situações vulneráveis. ▶ Pagamento antecipado do benefício de desemprego.

Fonte: Elaboração própria

A análise de materialidade (uma ferramenta complementar para ouvir os diferentes stakeholders para identificar e priorizar suas preocupações e sua relevância para o negócio) pode ser utilizada nesta etapa do exercício, e permite estabelecer prioridades em relação às quais os impactos devem ser mensurados e estabelecer objetivos para eles. A estrutura de impacto e a matriz de materialidade devem refletir informações consistentes e coerentes.

O resultado desta primeira fase de screening é uma estrutura de impacto que inclui todas as informações sociais e ambientais, justificadas, priorizadas e classificadas de acordo com a estratégia da empresa.

Deve-se notar que a multiplicidade e heterogeneidade dos possíveis impactos pode complicar significativamente o exercício, portanto será necessário aplicar o critério de proporcionalidade, priorizando os impactos diretos e mais relevantes incluídos na matriz de materialidade.

No caso da atividade bancária, o impacto social gerado está intrinsecamente ligado ao impacto gerado pela atividade financiada. Neste sentido, a mensuração pode ser enriquecida através da definição e implementação prévia de uma taxonomia social⁵⁰ que permite segmentar a carteira e analisar o impacto gerado de forma granular (Fig. 5).

A implementação deste exercício de segmentação baseado na taxonomia social, além de sua utilização na área de mensuração do impacto social da entidade, tem usos em termos de divulgação e transparência, marcação e controle de potenciais emissões sustentáveis ou sociais subjacentes e é a base para o

⁵⁰Deve-se observar que os critérios estabelecidos por esta taxonomia social ainda não podem ser alavancados em nenhuma regulamentação existente (a Plataforma de Finanças Sustentáveis da UE vem trabalhando e publicou em fevereiro de 2022 o relatório final sobre a taxonomia social no qual compila a abordagem metodológica e as atividades, assim como exemplos concretos de sua aplicação, que é apresentado para discussão e, portanto, por enquanto, não pode ser considerado como uma norma regulatória em vigor).

Figure 6. Metodologias mais difundidas para mensurar o impacto social (não exaustivo)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
 <p>Impact weighted Accounts Initiative</p>	Harvard University	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como objetivo impulsionar a criação de demonstrações contábeis que capturem de forma transparente os impactos externos, refletindo o desempenho financeiro, social e ambiental de uma empresa.
 <p>SROI</p>	Social Value International	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia para mensurar e quantificar monetariamente o valor social de uma organização, projeto ou iniciativa. Considera os custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos. Baseado no indicador econômico ROI.
 <p>B-Impact Assessment</p>	B-Lab	<ul style="list-style-type: none"> • Permite avaliar os impactos através de respostas a um dado questionário e posteriormente comparar os resultados com outras empresas, visando criar planos de melhoria baseados em ferramentas e diretrizes.
 <p>LBG</p>	London Benchmarking de Group	<ul style="list-style-type: none"> • Fornece dados sobre as contribuições, realizações e impactos da Ação Social Corporativa. Focado na gestão, mensuração e comunicação das atividades que as empresas realizam com foco social e ambiental.
 <p>NYU STERN ROSI™</p>	New York University	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia que identifica estratégias materiais de sustentabilidade e mudanças nas práticas resultantes destas estratégias para posteriormente quantificar e monetizar os benefícios resultantes.

Fonte: Elaboração própria

estabelecimento de objetivos estratégicos. Sua consideração para fins de impacto social pode variar desde a incorporação de informações enriquecidas sobre segmentos e métricas de impacto das carteiras (sem quantificação econômica do impacto) ou a evolução do modelo para um exercício que permita uma quantificação econômica diferenciada do financiamento de impacto social, levando em conta as características do setor ou do destinatário do financiamento.

3. Assessment

Uma vez identificados e descritos os impactos a serem avaliados, sua quantificação é abordada.

Para isso, a organização deve se concentrar na seleção das melhores ferramentas para articular este exercício:

- ▶ Seleção da metodologia de quantificação
 - Levando em conta que atualmente existem inúmeras metodologias alternativas para mensurar o impacto social e ambiental, a empresa deve analisar qual delas é mais adequada ao tipo específico de impacto que pretende medir, levando também em consideração as informações disponíveis para os cálculos.
 - Algumas das metodologias mais amplamente reconhecidas pelo ecossistema, e cujo uso recorrente favorece a comparabilidade e a padronização dos resultados, são: *Impact Weighted Account Initiative da Universidade de Harvard*, *Social Return on Investment (SROI) do Social Value* ou *London Benchmarking Group (LBG)*, entre outros (Fig. 6).
- ▶ Definição de indicadores: além disso, é realizado um exercício para definir as variáveis, tanto qualitativas quanto quantitativas, que serão tomadas como referência para medir o impacto. Os indicadores, assim como as metodologias, são selecionados de acordo com o tipo de impacto, assim como os dados disponíveis para realizar o exercício de mensuração. Da mesma forma, há uma multiplicidade de indicadores que podem servir como referência para que as organizações selecionem os mais apropriados (indicadores ODS⁵¹, ou métricas do INE⁵², indicadores IRIS+⁵³, etc.) (Fig. 7).
- ▶ Atribuição: no caso de certos impactos, especialmente impactos indiretos, é aconselhável estabelecer critérios para isolar as transformações (outcomes) derivadas da atividade ou projeto na sociedade ou no meio ambiente do que teria ocorrido naturalmente sem sua implementação.

Matriz de materialidade

A análise da materialidade tornou-se um processo utilizado por todos os tipos de empresas para identificar os impactos econômicos, ambientais e sociais que mais preocupam cada um dos diferentes stakeholders e para relacioná-los com suas respectivas estratégias comerciais.

O resultado desta análise é a chamada matriz de materialidade, um mapa que classifica e prioriza cada um desses elementos (por exemplo, diversidade, mudança climática, economia local, acessibilidade dos produtos, etc.) de acordo com a relevância que esses stakeholders (clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, etc.) atribuem a cada um deles, e o impacto que eles têm sobre a estratégia e o desempenho comercial das empresas..

As empresas utilizam estas informações como um insumo para reordenar e projetar suas respectivas estratégias e tomar decisões, tornando-se um elo fundamental entre informações financeiras e não financeiras.

Esta análise de materialidade se baseia no desenvolvimento de um processo de diálogo com os diferentes stakeholders e na análise e priorização das informações coletadas:

- Identificação dos stakeholders.
- Definição de uma metodologia de escuta e relacionamento.
- Seleção de ferramentas de comunicação.
- Identificação e análise de questões materiais.
- Priorização e categorização dessas informações.

Exemplo ilustrativo de uma matriz de materialidade

Limiares

A organização deve definir limites (critérios) que identifiquem um aspecto como material.

Estes limiares são fundamentais para a análise, portanto, os limiares e critérios utilizados devem estar claramente definidos.

Uma abordagem qualitativa ou quantitativa pode ser aplicada, com o objetivo de definir o quão significativo é um aspecto em particular.

Haverá aspectos que não são significativos no momento atual, mas que podem se tornar no futuro.

Nível de cobertura

A cobertura refere-se à proeminência, à quantidade de dados e à explicação narrativa divulgada pela organização sobre um aspecto material.

Dependendo da prioridade de certos aspectos, eles serão incluídos nos relatórios com um nível de detalhe diferente. Se forem de alta prioridade regulatória, devem ser relatados em detalhe.

Quando houver aspectos materiais ocorrendo fora da organização, os indicadores serão reportados dependendo da disponibilidade e qualidade dos dados.



⁵¹Nações Unidas (2015).

⁵²INE. Instituto Nacional de Estadística da Espanha (2022).

⁵³The Global Impact Investing Network (2021).

- ▶ Definição de fontes para alimentar os indicadores e a captura de dados: a credibilidade dos dados produzidos pelo modelo depende da força das informações externas, especialmente as utilizadas como fator de conversão para rentabilizar os indicadores de impacto selecionados. Neste sentido, é necessário realizar uma análise das publicações com base em evidências científicas e que geram o maior consenso. Por outro lado, é necessário ter dados internos suficientes em relação ao projeto ou atividade cujo impacto deve ser medido. Deve-se notar que, em algumas ocasiões, a existência de informações não financeiras insuficientes na organização é um obstáculo, portanto é aconselhável estabelecer ações para garantir a disponibilidade e a qualidade dos dados.

4. Reporting

Por último, uma vez realizado o exercício de mensuração através do cálculo do valor econômico dos diferentes impactos, a terceira e última fase do processo será abordada:

- ▶ Agregação do valor monetizado de todos os impactos anteriormente mensurados. Para isso, e respondendo à estrutura predefinida através da estrutura de impacto, soma-se o valor monetizado de todas as variáveis de uma mesma categoria.
- ▶ Estabelecer objetivos: com base nos resultados alcançados, a organização estabelece uma série de objetivos que lhe

permitem mitigar os impactos negativos e aumentar os impactos positivos gerados por sua atividade ou projeto.

- ▶ Monitoramento do impacto: além disso, e como parte da continuidade do exercício, é aconselhável definir um modelo de governança e um processo de monitoramento de resultados que facilite o processo de acompanhamento do impacto e da evolução dos objetivos estabelecidos⁵⁴. Desta forma, é desenvolvido um processo iterativo que permite atualizar a tomada de decisões.
- ▶ Divulgação: a integração do processo de mensuração na tomada de decisões requer um exercício prévio de transparência de todos os elementos utilizados no processo (objetivos, prazos, estruturas, metodologias, fontes, dados, etc.). Desta forma, o exercício pode ser verificado por terceiros como uma garantia da credibilidade do modelo.

Finalmente, uma vez analisada a situação de uma organização do ponto de vista do impacto extrafinanceiro que ela gera, as decisões podem ser tomadas e os resultados podem ser relatados aos diferentes interessados.

⁵⁴Nesta seção, questões operacionais relacionadas à atualização das informações utilizadas (entradas), processos de captura de dados, rastreabilidade, validação da qualidade das informações para alimentar os indicadores definidos, etc., devem ser consideradas.

Figura 9. Normas internacionais sobre indicadores de sustentabilidade (não exaustivos)

Iniciativa	Instituição	Detalhe
 SASB	Sustainability Accounting Standards Board	Indicadores desenvolvidos para oferecer aos investidores e outros participantes do mercado uma representação visual da exposição de sua carteira a riscos e oportunidades de sustentabilidade específicos. A organização propõe 77 padrões diferentes para a gestão da sustentabilidade em uma gama de empresas.
 GRI	Global Reporting Initiative	Indicadores que ajudam a mensurar o impacto social, ambiental e de governança das organizações. Estes indicadores são agrupados por tipo de impacto e, por sua vez, por outros subgrupos. O objetivo é tornar as organizações transparentes através do reporting de informações não financeiras para geração de impacto real.
 Indicadores ODS	Nações Unidas	Juntamente com a lista do framework dos 17 ODS, foram desenhados 232 indicadores que podem ser medidos através dos dados estatísticos ligados a fontes de informação como o INE ou outros.
 IRIS+	Global Impact Investment Network	Catálogo de indicadores de desempenho de referência que orientam e ajudam os investidores a compreender o impacto social, ambiental e financeiro de uma organização.

Fonte: Elaboração própria

Taxonomia Social da União Europeia

Atingir cada uma das metas sociais e ambientais perseguidas pela economia global requer investimentos significativos de capital¹.

A Comissão Europeia está desenvolvendo uma série de taxonomias para definir o conjunto de atividades que podem ser categorizadas como ambiental e socialmente sustentáveis. Esta prática visa harmonizar as definições associadas a estes conceitos, favorecendo a homogeneização dos exercícios de divulgação e, conseqüentemente, facilitando a tomada de decisões para os investidores interessados neste tipo de investimento, que devem assegurar que estas empresas realmente desenvolvam práticas sustentáveis.

Após a publicação da Taxonomia Ambiental em junho de 2020, a Plataforma de Finanças Sustentáveis sob o mandato da Comissão Europeia tem trabalhado no desenvolvimento de uma prova de conceito de uma Taxonomia Social.

O Final Report do Subgrupo de Trabalho 4, publicado em fevereiro de 2022, contém as principais recomendações e características preliminares e provisórias desta Taxonomia Social, que de forma alguma reflete uma posição oficial da própria Comissão Europeia, cujos desenvolvimentos poderiam acabar assumindo objetivos diferentes.

Primeiramente, são apresentadas as principais diferenças entre esta taxonomia social e a taxonomia ambiental:

- ▶ Embora muitas atividades econômicas possam ter impactos prejudiciais ao meio ambiente, de um ponto de vista social, pode-se argumentar que a maioria das atividades econômicas pode ser considerada inerentemente benéfica à sociedade (por exemplo, criação de empregos decentes, pagamento de impostos, produção de bens e serviços, etc.). A taxonomia social deve, portanto, distinguir entre benefícios inerentes e benefícios sociais que podem ser considerados adicionais.
- ▶ Por outro lado, os objetivos e critérios ambientais podem ser baseados em critérios científicos, enquanto a taxonomia social deve se basear em normas internacionais autorizadas, como a Carta Internacional dos Direitos Humanos, entre outras.
- ▶ Por fim, embora a priori possa ser mais difícil desenvolver critérios quantificáveis para uma taxonomia social do que para uma taxonomia ambiental baseada em pesquisa científica que permita atribuir critérios quantitativos às atividades econômicas, a sustentabilidade social está fazendo progressos promissores na quantificação e mensuração dos impactos sociais. O painel de indicadores sociais da UE que representa exemplos e recomendações relevantes para os 20 princípios do

pilar europeu de direitos sociais e contém um conjunto de indicadores de impacto ou o relatório anual de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento são dois bons exemplos.

Os fundamentos sobre os quais a taxonomia social é construída são os seguintes padrões e princípios internacionais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, a Declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no Trabalho, a Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais e Política Social da OIT, o Pilar Europeu de Direitos Sociais e o plano de ação associado, a Carta Social Europeia, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, a Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, os ODSs, as UNGPs, o Pacto Global da ONU e as Diretrizes da OCDE para empresas multinacionais.

Estes documentos cobrem uma ampla gama de questões sociais que se enquadram no âmbito desta taxonomia social, incluindo: direitos trabalhistas, proteção e inclusão social, não discriminação, direito à saúde, moradia, educação e alimentação, assistência em caso de desemprego ou trabalho autônomo, proteção ao consumidor, sociedades pacíficas e inclusivas, e a luta contra a corrupção e evasão fiscal.

Considerando este ponto de partida, é estabelecida a abordagem acordada para articular os objetivos deste tipo de taxonomia, baseada na identificação das partes interessadas impactadas pelas diferentes atividades econômicas:

- A força de trabalho, incluindo os trabalhadores da cadeia de valor.
- Os usuários finais ou consumidores.
- E as comunidades afetadas, direta ou indiretamente através da cadeia de valor.

Com base nesta alocação de questões materiais e os diferentes stakeholders, são definidos os três objetivos seguintes que devem determinar a taxonomia social:

¹De acordo com as últimas estimativas, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030, é necessário um investimento anual entre US\$ 5 trilhões e US\$ 7 trilhões de agora até então..

Relacionamento entre as questões sociais e os stakeholders

Questões sociais	Stakeholders
Direitos trabalhistas e condições de trabalho	Força de trabalho
Proteção e inclusão social	Força de trabalho, comunidades e sociedades
Não-discriminação	Força de trabalho, comunidades e sociedades
Direito à saúde, moradia, educação e alimentação	Usuário final, comunidades e sociedades
Assistência em caso de desemprego ou trabalho autônomo	Força de trabalho
Proteção ao consumidor	Usuário final
Sociedades pacíficas e inclusivas	Comunidades e sociedades
Combate à corrupção e evasão fiscal	Empresas

- ▶ **Trabalho digno, incluindo os trabalhadores da cadeia de valor:** com foco na vida profissional das pessoas e cujos pilares são: criação de empregos, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social.
- ▶ **Padrões de vida adequados e bem-estar para os usuários finais:** com foco nas pessoas como consumidores de produtos ou serviços e atividades que atendam suas necessidades e ofereçam cobertura de saúde e segurança. Os subobjetivos se referem a questões como proteção ao consumidor e direitos econômicos e sociais, como moradia ou educação.
- ▶ **Comunidades e sociedades inclusivas e sustentáveis:** este é um objetivo que enfatiza o respeito e o apoio aos direitos humanos com foco na gestão dos impactos negativos e na disponibilização de infraestrutura econômica a determinados grupos de interesse. Alguns dos subobjetivos abordados são direitos à terra, direitos dos povos indígenas, defesa dos direitos humanos e manutenção da acessibilidade e disponibilidade de infraestrutura econômica básica, como acesso à água, eletricidade, etc.

Além disso, e inspirado na estrutura metodológica desenvolvida pela taxonomia ambiental, uma série de elementos estruturais também foram construídos para permitir o desenvolvimento desta taxonomia social:

- ▶ **Desenvolvimento de subobjetivos:** cada um dos três objetivos exigirá desenvolvimento para abordar a priorização dos setores, as diferentes contribuições substantivas e os diferentes critérios "Do Not Significant Harm". Estes subobjetivos devem cobrir todas as questões essenciais de cada objetivo, sem nenhuma sobreposição entre eles. Uma lista não exaustiva de subobjetivos foi desenvolvida para cada um dos 3 objetivos. Por exemplo, para o objetivo do trabalho decente: promover a igualdade e a não discriminação no trabalho, garantir o respeito aos direitos humanos e aos direitos dos trabalhadores, evitando condições de trabalho precárias, etc.
- ▶ **Tipos de contribuições substantiais:** foi desenvolvida uma estrutura que classifica e credita a contribuição substancial gerada por três tipos diferentes de atividades econômicas :

- Aqueles que relatam contribuições substanciais que se concentram em evitar e lidar com os impactos negativos.
- Aqueles que geram benefícios sociais adicionais inerentes à atividade.
- Possibilitando atividades que permitem que outras atividades proporcionem benefícios sociais (ver tabela 1).
- ▶ **Os critérios de "Do Not Significant Harm" (DNSH)** são um conjunto de critérios que garantem que as atividades que contribuem substancialmente para um objetivo social não prejudiquem outros objetivos. Estes critérios, diferentemente dos estabelecidos pela taxonomia ambiental, devem:
 - Ser mais granulares, respondendo ao nível de subobjetivos, pois os critérios de contribuição substancial na taxonomia social serão desenvolvidos e avaliados no nível de subobjetivos.
 - Poder desempenhar um papel importante na elaboração de critérios de contribuição substancial para priorizar setores e/ou atividades em relação a algumas questões sociais e subobjetivos para os quais esta ação pode ser um desafio.
 - Por fim, é fundamental observar que é um desafio construir um caso significativo para uma contribuição substancial para objetivos como "prevenir e combater" o trabalho infantil ou o trabalho forçado. Isto porque estas questões estão geralmente sujeitas a uma tolerância zero por lei e, às vezes, estão sujeitas a proibições de importação e a critérios de exclusão.
- ▶ **As garantias mínimas da taxonomia social:** a UE já reconheceu a importância das principais normas internacionais sobre questões sociais, incluindo-as como garantias mínimas na regulamentação desenvolvida sobre taxonomia ambiental (Artigo 18). Isto foi considerado necessário para criar uma taxonomia focada na sustentabilidade ambiental, para evitar uma situação em que certas atividades sejam categorizadas como ambientalmente sustentáveis, ainda que a instituição que as execute, por outro lado, viole: (i) direitos humanos fundamentais; (ii) direitos dos trabalhadores; ou (iii) princípios de boa governança,

Table 1. Explicação dos tipos de contribuição substancial

Tipo de contribuição substancial	Explicação
Evitar e lidar com o impacto negativo	(i) setores de alto risco com abusos documentados de direitos humanos e trabalhistas relevantes para o objetivo; ou (ii) setores menos propensos a contribuir para os objetivos do pilar social europeu.
Aumentar os impactos positivos inerentes: (i) bens e serviços sociais; e (ii) infraestrutura econômica básica.	Visar os setores de bens e serviços sociais que fornecem: (i) bens e serviços para as necessidades humanas básicas; e (ii) infraestrutura econômica básica de relevância direta para o direito a um padrão de vida adequado. Ao fazer isso, ajuda a progredir em direção aos ODS e aos objetivos do pilar social europeu.
Atividades habilitadoras	Quando as atividades econômicas têm o potencial de reduzir o risco em outros setores, essas atividades também devem ser classificadas como tais (atividades econômicas que, pelo fornecimento de seus produtos ou serviços, permitem uma contribuição substancial para outras atividades).

como medidas antissuborno ou planejamento tributário não agressivo. O artigo 18 não inclui informações sobre sua operação ou aplicação prática e, portanto, foi solicitado que a Plataforma de Finanças Sustentáveis aconselhasse a Comissão a respeito da aplicação do artigo 18.

► **Justificativa da seleção dos setores:** é necessária uma justificativa para priorizar os setores para cada objetivo e sub-objetivo, para o qual foi desenvolvida uma metodologia baseada na utilização do framework de setores e atividades econômicas determinado pelo sistema de classificação industrial da NACE e considerando a seleção dos setores de relevância de acordo com os critérios definidos para determinar a substancialidade das atividades: os setores que evitam impactos negativos, aqueles que aumentam os impactos positivos e os setores habilitadores de tais impactos positivos.

► **Vinculação de contribuição substancial aos despesas de capital (CapEx), despesas operacionais (OpEx) ou faturamento:** a forma de vincular CapEx, OpEx e faturamento às atividades sociais baseia-se na diferenciação entre "redução de impactos negativos" e "aumento dos benefícios sociais inerentes":

- Para atividades que reduzem um impacto negativo, o investimento feito por uma empresa pode ser contabilizado como uma contribuição social. Por exemplo, as despesas de treinamento, como definido na taxonomia social, serão consideradas como um investimento socialmente sustentável refletido no OpEx.
- Se a atividade tiver um impacto social inerente, como a venda de um produto de comércio justo ou de um mineral de uma mina com um certificado social aprovado, o faturamento será contabilizado como socialmente sustentável.

- Finalmente, as atividades de habilitação consistem principalmente em serviços que permitem tratar e evitar os impactos negativos. Aqui é sugerido que a empresa que vende o produto ou serviço que permite à outra empresa abordar e evitar impactos negativos deve contabilizar o faturamento como socialmente sustentável.

A tabela 2 é um exemplo não exaustivo relacionado ao objetivo de trabalho digno e ao sub-objetivo de treinamento:

De acordo com a visão dos membros da Plataforma de Finanças Sustentáveis que têm trabalhado na elaboração deste relatório final de conclusões preliminares, os próximos passos identificados para o desenvolvimento da Taxonomia Social devem ser os seguintes:

1. Esclarecer as garantias mínimas de acordo com a nota de escopo.
2. Conduzir um estudo sobre os impactos de uma taxonomia social considerando diferentes opções e projetos de implementação.
3. Desenvolver uma lógica de priorização de objetivos e subobjetivos.
4. Priorizar os objetivos de acordo com a lógica.
5. Definir critérios de contribuição substancial e critérios DNSH para os primeiros objetivos e setores.

Embora este relatório não seja um documento oficial da Comissão Europeia, nem uma posição oficial da Comissão Europeia, estas recomendações tentativas podem ser consideradas uma prova de conceito da taxonomia social, sobre a qual as instituições europeias podem começar a construir.

Table 2

Justificativa para a seleção de setores			
Seleção de setores		Os códigos NACE de alto impacto poderiam ser selecionados através de: 1) setores com escassez de competências, de acordo com dados da OCDE e da UE; 2) setores negativamente afetados pela transição verde ou digitalização com riscos de demissões e, portanto, com uma necessidade particular de treinar certos grupos de trabalhadores; 3) setores com escassez geral de competências.	
Tipo de contribuição substancial		Reduzindo os impactos negativos sobre os trabalhadores	
Contribuição substancial		A instituição possui extensos programas de treinamento e educação/ atualização/ qualificação contínua para trabalhadores vulneráveis. Há altos níveis de participação dos trabalhadores no desenvolvimento desses programas (OpEx para treinamento).	
Trabalho digno		Padrões de vida e bem-estar adequados para os usuários finais	Comunidades e sociedades inclusivas
DNSH	Os trabalhadores devem ser pagos pelo menos o salário mínimo nacional, quando disponível, ou de acordo com os acordos e convenções coletivas dos parceiros sociais. As normas fundamentais do trabalho da OIT devem ser cumpridas.	N/A	Não-discriminação no treinamento oferecido